

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 08 de março de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de

caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 49 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2016 não foram identificadas perdas.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e contribuição social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito ixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 49 dias e a perda reconhecida no mesmo período foi de 0,05% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado da variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos				
Aplicações financeiras/disponibilidades	6.459	7.741	6.459	7.741
Contas a receber de clientes	11.417	15.390	11.417	15.390
	17.876	23.131	17.876	23.131
ACC	(1.890)	-	(1.890)	-
Investimentos	(699)	-	(699)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.859)	(5.952)	(1.859)	(5.952)
	(4.448)	(5.952)	(4.448)	(5.952)
Exposição ativa líquida	13.428	17.179	13.428	17.179

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

A partir do início do segundo semestre de 2016 a companhia passou a contratar operações pontuais de ACC com vistas a proteger as margens de operações de exportação, acompanhando a tendência de queda do dólar, em valores de menor relevância - US\$ 1.890 mil.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2016 em R\$ mil:

Risco: alto do CDI

CDI Dez.2016: 13,75% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 13,75% CDI aa	> 25% 17,19% CDI aa	> 50% 20,63% CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31.12.2016	R\$184.986	diversos	CDI	diversos	R\$208.174	R\$213.204	R\$218.306
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$5.030	R\$10.132

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475.08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Clientes mercado interno	235.931	204.463	245.098	212.229
Clientes mercado externo	11.417	15.390	11.417	15.390
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.764)	(3.121)	(7.618)	(6.975)
Total	243.584	216.732	248.897	220.644

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos fornecedores de arroz	174.302	154.918	174.302	154.918
Adiantamentos fornecedores diversos	6.081	11.475	6.081	11.475
Total	180.383	166.393	180.383	166.393

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Produtos acabados e semi - elaborados	67.597	61.269	67.597	61.269
Mercadorias para revenda	2.773	2.178	2.773	2.178
Matérias-primas	150.916	130.772	150.916	130.772
Outros	8.552	8.601	8.552	8.601
Imóveis	-	-	34.589	34.589
Total	229.838	202.820	264.427	237.409

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	47.395	51.370	47.395	51.452
IPI- Habilitação/transitado em julgado	-	15.062	-	15.062
INSS	433	433	433	433
ICMS	5.420	4.968	5.420	4.968
IRRF- IRPJ e CSLL- saldo negativo	2.390	4.020	2.492	4.091
Total	55.638	75.853	55.740	76.006
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
PIS, COFINS e ICMS s/ imobilizado	203	476	203	476
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.263	2.236	2.263
Outros créditos	229	229	229	229
Total	4.243	4.543	4.243	4.543

Os créditos reconhecidos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno e estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento de PIS, COFINS e ICMS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

O crédito de IPI decorrente de êxito em ação referente o crédito na aquisição de matéria prima, material auxiliar e material de embalagem utilizados na industrialização de produtos não tributados, Lei 9.779/99, foi integralmente compensado durante o exercício.

A administração da companhia, vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	363.041	49.500	11.839	6.482
Josapar Internacional	50	100	200	163	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2015	194.108	240	490	194.838	303.466	3.600	307.066
Reflexo ajustes em controladas	25	(40)	-	(15)	-	290	290
Dividendos a receber	(1.847)	-	-	(1.847)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	6.482	-	-	6.482	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	3.463	-	3.463
Em 31 de dezembro de 2016	198.768	200	490	199.458	306.929	3.890	310.819

10 . IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	511	71.856	14.212	19.394	235.927
Adições	-	-	123	8.875	13.579	331	22.908
Baixas	(1.476)	(1.798)	(97)	-	-	(157)	(3.528)
Baixa depreciação	-	1.314	63	-	-	157	1.534
Transferências	-	-	-	30	(45)	15	-
Depreciação	-	(2.568)	(104)	(6.968)	-	(2.547)	(12.187)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	496	73.793	27.746	17.193	244.654
Adições	-	-	-	2.842	6.687	89	9.618
Baixas	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Baixa depreciação	-	-	-	-	-	51	51
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(106)	(7.620)	-	(2.748)	(13.030)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	390	71.477	28.603	17.902	241.242

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	772	72.300	15.734	19.874	238.634
Adições	-	-	1.850	8.877	13.680	337	24.744
Baixas	(1.476)	(1.798)	(289)	-	-	(157)	(3.720)
Baixa depreciação	-	1.314	149	-	-	157	1.620
Transferências	-	-	-	30	(45)	15	-
Depreciação	-	(2.568)	(536)	(6.974)	-	(2.670)	(12.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	1.946	74.233	29.369	17.556	248.530
Adições	-	-	-	2.842	6.687	406	9.935
Baixas	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Baixa depreciação	-	-	-	-	-	51	51
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(445)	(7.624)	-	(2.887)	(13.512)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	1.501	71.913	30.226	18.443	244.953

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	1.826	89	1.915	1.861	99	1.960
Adições	-	20	20	-	20	20
Depreciação	-	(63)	(63)	-	(67)	(67)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	1.826	46	1.872	1.861	52	1.913
Depreciação	-	(28)	(28)	-	(31)	(31)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	1.826	18	1.844	1.861	21	1.882

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2016 foi de R\$1.057 empresa e consolidado, em 2015- (R\$1.846 empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2016 é de R\$58 -(R\$73 em 2015), a amortização no exercício foi de R\$15 -(R\$15 em 2015), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda interna</u>	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Financiamento para investimentos	6.192	7.187	6.192	7.242
Crédito Rural-EGF	41.039	17.019	41.039	17.019
Crédito Rural – recursos livres	61.140	37.402	61.140	37.402
Capital de giro	296.219	388.730	296.219	388.730
Arrendamento mercantil	-	-	300	467
Total	404.590	450.338	404.890	450.860
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	244	446	244	446
Capital de Giro – ACC	1.890	-	1.890	-
Capital de Giro-FINIMP	1.859	5.952	1.859	5.952
Total	3.993	6.398	3.993	6.398
TOTAL CIRCULANTE	408.583	456.736	408.883	457.258

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Moeda interna

Financiamento para investimentos	32.000	31.645	32.000	31.645
Capital de giro	296.494	234.614	296.494	234.614
Crédito Rural – recursos livres	56.690	18.916	56.690	18.916
Arrendamento mercantil	-	-	-	300
Total	385.184	285.175	385.184	285.475

Moeda estrangeira

Financiamento para investimentos	455	1.376	455	1.376
Total	455	1.376	455	1.376
TOTAL NÃO CIRCULANTE	385.639	286.551	385.639	286.851

Vencimentos de longo prazo	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
2017	-	201.994	-	202.294
2018	241.239	54.785	241.239	54.785
2019	126.403	11.904	126.403	11.904
2020	4.089	4.089	4.089	4.089
2021	3.936	3.936	3.936	3.936
2022	2.703	2.703	2.703	2.703
2023	2.147	2.147	2.147	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.662	1.791	1.662
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
Total	385.639	286.551	385.639	286.851

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,90% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,43% a.a
Crédito Rural – recursos obrigatórios	Pré-fixado	11,25% a.a
Crédito Rural – recursos livres	Pré-fixado	14,48% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,52% a.a.
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	4,16% a.a
Capital de Giro	CDI	2,72% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural – recursos obrigatórios - são contratados a taxa pré-fixada de 11,25%a.a., linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxa média pré-fixada de 14,48%a.a. e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 1.225 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	1.154	-	7.603	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.687)	-	1.252	(1.687)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	242	-	-	867	-
Ferragens Vianna S.A.	429	-	-	429	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	1.413	-	-	1.413	-
Outros	1.265	-	-	1.390	-
Em 31 de dezembro de 2016	4.503	(1.687)	7.603	5.351	(1.687)
Real Empreendimentos S.A.	711	-	5.756	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.505)	-	1.253	(1.505)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	151	-	-	776	-
Ferragens Vianna S.A.	270	-	-	270	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	527	-	-	527	-
Outros	536	-	-	5.409	-
Em 31 de dezembro de 2015	2.195	(1.505)	5.756	8.235	(1.505)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Tributos s. deprec. Incentivada	326	358	1.176	1.208
IRPJ e CSLL diferidos(*)	9.178	5.951	9.178	5.951
REFIS(**)	1.518	2.878	1.518	2.878
	11.022	9.187	11.872	10.037

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contribuição social diferida	3.589	1.356	3.589	1.356
Imposto de renda diferido	9.942	3.765	9.942	3.765
	<u>13.531</u>	<u>5.121</u>	<u>13.531</u>	<u>5.121</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contribuição social diferida	2.430	1.575	2.430	1.575
Imposto de renda diferido	6.748	4.376	6.748	4.376
	<u>9.178</u>	<u>5.951</u>	<u>9.178</u>	<u>5.951</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Corrente				
Contribuição social	(8.103)	(4.935)	(9.685)	(6.244)
Imposto de renda	(22.087)	(13.563)	(26.394)	(17.114)
	<u>(30.190)</u>	<u>(18.498)</u>	<u>(36.079)</u>	<u>(23.358)</u>
Diferido				
Contribuição social	757	645	757	645
Imposto de renda	2.117	1.791	2.117	1.791
	<u>2.874</u>	<u>2.436</u>	<u>2.874</u>	<u>2.436</u>
	<u>(27.316)</u>	<u>(16.062)</u>	<u>(33.205)</u>	<u>(20.922)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	58.017	40.238	69.056	50.827
Eliminações-ajustes efeito controlada	-	-	5.560	7.579
	<u>58.017</u>	<u>40.238</u>	<u>74.616</u>	<u>58.406</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(19.726)	(13.681)	(25.369)	(19.858)
Exclusões (adições) permanentes	(1.641)	(143)	(1.641)	(143)
Exclusões (adições) temporárias	(9.391)	(5.310)	(9.391)	(5.310)
Efeito tributação em controlada	-	-	(246)	1.317
Outros	3.442	3.072	3.442	3.072
	<u>(27.316)</u>	<u>(16.062)</u>	<u>(33.205)</u>	<u>(20.922)</u>

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentada por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 a companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$13.596 –(R\$12.061 em 2015).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	30.701	24.176
Reserva legal	(1.535)	(1.209)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	29.166	22.967
Dividendos propostos - 30%	8.750	6.890

Os dividendos propostos correspondem a R\$825,82 –(R\$650,29 em 2015) por lote de mil ações ordinárias e R\$908,40 –(R\$715,32 em 2015) por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
<u>Por função:</u>	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Custos dos produtos	(782.255)	(709.322)	(782.255)	(709.322)
Despesas com vendas	(162.170)	(159.942)	(162.170)	(159.942)
Despesas gerais e administrativas	(88.044)	(86.980)	(111.167)	(106.444)
Outras receitas	1.082	8.950	1.298	9.193
	<u>(1.031.387)</u>	<u>(947.294)</u>	<u>(1.054.294)</u>	<u>(966.515)</u>

	Controladora		Consolidado	
<u>Por natureza:</u>	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Depreciações e amortizações	(13.022)	(12.265)	(13.507)	(12.830)
Despesas com pessoal	(78.243)	(66.674)	(82.029)	(76.880)
Matérias primas e materiais	(577.187)	(540.480)	(577.187)	(540.480)
Frete	(93.783)	(97.982)	(93.783)	(97.982)
Outras	(269.152)	(229.893)	(287.788)	(238.343)
	<u>(1.031.387)</u>	<u>(947.294)</u>	<u>(1.054.294)</u>	<u>(966.515)</u>

No exercício findo em 31.12.2016, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$9.568 (9.511 em 31.12.2015), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2017
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2017
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2017
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2017
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2017
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2017
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril 2017

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PIS e COFINS	1.100	2.715	1.100	2.715
Imposto de renda retido na fonte	334	827	334	827
Imposto de renda e contribuição social	1.734	4.283	1.740	4.291
	3.168	7.825	3.174	7.833

Em 2009 a companhia aderiu ao programa REFIS IV, instituído pela Lei 11.941.2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontrava-se em discussão até aquela data.

Com a reabertura do REFIS IV instituída pela Lei 12.865.2013 e posteriormente pela Lei 12.973.2014 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941.2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474-(2013) e R\$ 1.434-(2014), respectivamente, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$3.168 controladora -(R\$3.174 consolidado), em 2015 -R\$7.825 controladora -(R\$7.833 consolidado). Nestas demonstrações o REFIS, esta sendo apresentado na rubrica "obrigações sociais e tributárias", no circulante R\$1.650 controladora -(R\$1.656 consolidado), em 2015-R\$ 4.947 controladora -(consolidado R\$4.955) e no não circulante R\$1.518(controladora e consolidado), e em 2015 -R\$2.878 controladora e consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2016, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$154.300.

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Passivo Circulante</u>				
Provisão para contingências	79.215	62.746	80.641	64.172
(-) Depósitos judiciais	(2.561)	(2.529)	(3.987)	(3.955)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	76.654	60.217	76.654	60.217

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS, essa na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida em 2004 por Sonae Distribuição do Brasil (sucrida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada em primeiro grau parcialmente procedente, com a condenação ao pagamento de R\$38.981. A companhia protocolou apelação que foi julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando o provimento parcial às suas pretensões e reduzindo o valor inicial de condenação de R\$38.981 para R\$17.737, reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. e IGP-M contados do ajuizamento da ação em março de 2004. As partes interpuseram os embargos de declaração, agravo de instrumento e execuções provisórias, em grau de recurso no Supremo Tribunal de Justiça - STJ. Os consultores legais mencionam que os recursos especiais das rés sustentam teses idôneas, cujo exame, e no entender, não implica reexame de prova e, se tais recursos forem apreciados e providos, terão possibilidade jurídica de reversão de condenação das rés ou

pelo menos da solidariedade passiva atribuída a REAL EMPREENDIMENTOS. A probabilidade objetiva é a de não se oportunizar a redução dos atuais parâmetros da condenação ao pagamento de pretensão de R\$17.737, sobre a qual persiste a discussão sobre a atualização e juros. A companhia, suportada pela opinião dos consultores legais, decidiu registrar a provisão para contingências líquido dos efeitos tributários, em montante considerado suficiente, para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela REAL EMPREENDIMENTOS, de valor comprovadamente suficiente.

Adicionalmente, a companhia postula por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, é de R\$35.102– controladora e consolidado (R\$33.784 em 2015).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lauro de Oliveira Lapa
(Presidente)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice- Presidente)
Ary Teixeira de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice Presidente e de
Relações com Investidores)
Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)
Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772